


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015592-84.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Liminar**
 Requerente: **Companhia de Bebidas Ipiranga**
 Requerido: **Marivaldo Borges Matos**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de
 Direito, o Exmo. Sr. Dr. **MILTON COUTINHO**
GORDO. Eu,....., esc., digitei e
 subscrevi.

Processo nº 1589/13

VISTOS.

Trata-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE**
POSSE ajuizada por **COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA** em face de
MARIVALDO BORGES MATOS, todos devidamente qualificados.

Alegou o autor, em síntese, que por força de
 contrato de fls. 13 cedeu em comodato à requerida o bem descrito no documento
 de fls. 03; não tendo mais interesse na continuidade do empréstimo, pede a
 rescisão do contrato e consequente reintegração na posse do bem, bem como
 indenização por perdas e danos referente aos aluguéis desde a constituição em
 mora (10/06/2013), quando foi notificado para devolver o bem e permaneceu
 inerte. Com a inicial seguiram documentos.

Concedida a liminar, o bem foi reintegrado na
 posse da autora (fls. 29) e o requerido, regularmente citado, deixou de ofertar
 oposição à pretensão inicial (fls. 31).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A avença foi materializada no instrumento que segue a fls. 13.

O requerido, por outro lado, foi constituído em mora (cf. fls. 15/16).

Citado nos termos do pedido inicial preferiu silenciar; com isso ocasionou a presunção de veracidade de toda a matéria fática descrita na portal.

O pedido de rescisão contratual com consequente reintegração deve, assim, ser acolhido. Como a autora já se encontra na posse do bem nada mais resta a deliberar a respeito.

Por fim, entendendo claramente abusiva a cláusula IV.2 (fls. 13), em que se escuda a autora, delibero que o valor dos locativos que deverão ser pagos pelo requerido entre os dias 10/06/2013 (data da notificação – fls. 16) e 25/09/2013 (data da devolução – fls. 29), serão arbitrados oportunamente como prevê o art. 475-C do CPC.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da autora, assim como sua posse plena e exclusiva e para rescindir o contrato de fls. 13.

Os aluguéis pelo tempo de retenção/posse incluído, serão arbitrados “oportuno tempore”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Arcará o requerido com as custas do processo e honorários advocatícios de R\$ 724,00.

P. R. I.

São Carlos, 13 de maio de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**